



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. V (2004)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Rio de Janeiro 1650-1659: ecos e desassossegos

Ana Guerreiro

Como Citar | How to Cite

Guerreiro, Ana. 2004. «Rio de Janeiro 1650-1659: ecos e desassossegos». *Anais de História de Além-Mar* V: 389-413. <https://doi.org/10.57759/aham2004.37792>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2004. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2004. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

RIO DE JANEIRO 1650-1659: ECOS DO DESASSOSSEGO

por

ANA GUERREIRO

1. A Surpresa

Neste artigo pretende-se estudar a mobilidade que, ao contrário do que se poderia supor, caracterizava, em parte, a capitania do Rio de Janeiro na década de 1650. Muita da gente que o Rio conhecia fazia da cidade carioca um curto ponto de passagem ou o culminar de um périplo pelas terras sob jurisdição portuguesa, ou o destino americano de viagens repetidas entre reino e o Brasil.

Esta mobilidade, ao que verificamos, é passível de ser analisada em termos militares, organizativos, económicos tentaremos encontrar também justificação para tal desassossego.

De acordo com esta intenção agruparam-se as situações encontradas em seis categorias, a partir da frequência dos casos e da sua homogeneidade específica: os militares (53 casos), os comerciantes (19), os burocratas (16), os homens ligados às minas (17), os eclesiásticos (4), os médicos e cirurgiões (2). Naturalmente que esta sistematização foi uma entre as possíveis e há pontos de contacto entre as diversas categorias. Talvez o exemplo mais gritante deste último aspecto seja a meada que envolve militares e burocratas uma vez que, com muita frequência, os cargos administrativos são pedidos como recompensa de feitos de armas. Para se estabelecer a demarcação entre as duas situações, indispensável na medida em que havia casos em que os mencionados não tinham esse duplo estatuto, incluíram-se entre os burocratas todos aqueles cujas viagens se relacionavam com o exercício desse tipo de funções e não com as intervenções de armas invocadas para a obtenção de recompensas. Os restantes foram agrupados entre os militares.

Como se compreenderá houve necessidade de se excluir destas mobilidades todo um conjunto de situações. Assim, afastaram-se os casos em que não foi possível identificar os intervenientes, tal como foram eliminados os registos que tinham a ver com deslocações para terras brasileiras sem

marcas de itinerância. Entenda-se como abrangidos nestes casos as idas e vindas da armada da Companhia Geral de Comércio e o de um médico francês instalado no Rio de Janeiro, havia longos anos.

No fundo assume-se como objecto deste trabalho o reconhecimento das movimentações olhadas em sentido físico, mas também o que com elas tem que ver de alteridade social, económica, política.

Delineados os alcances e os limites do projecto, haverá que partir para a tentativa de conhecer melhor esta gente irrequieta, tentar perceber-lhe as motivações e deixar que, pelas suas deambulações, nos expliquem certos fenómenos. E, pela sua representatividade, ir-se-á começar por aqueles que, servindo pelas armas e pela pena, muitas vezes a tentar servir pela pena por terem servido pelas armas, faziam prova de serem homens e mulheres que já tinham visto o sol iluminar muitos e diversos rostos, muitas e diversas paisagens.

2. Homens de armas e pena

«A liberalidade, o gesto de dar era considerado, na cultura política do Antigo Regime, como virtude própria de reis [...]. Assim a apresentavam inúmeros teólogos, homens de leis e tratadistas políticos os mais diversos.»¹ Era desta virtude que, maioritariamente, os que podiam falar fundadamente dos seus feitos e das suas feridas, queriam que o monarca fizesse prova. Ele era tido como pico da ordem social, sede de equilíbrio, garante das rotinas tranquilizadoras ou legitimante de excepções que só dele podiam emanar. Tratava-se pois de uma visão da comunidade sócio-política de tipo organicista, que reproduzia a própria natureza, com a Criação em manifestação de unidade².

Neste entendimento as relações de poder concretizam-se numa reciprocidade que surpreende no que toca ao particularismo dos conceitos e que é marcada também pela simplicidade organizativa. Esta última permite, aliás, a proximidade entre os extremos e viabiliza um exercício da autoridade de que a afectividade é elemento importante.

Esse elemento afectivo não deixou, contudo, de estar presente, mesmo quando a centralização do poder e as exigências do Império levaram à emergência do que se pode considerar um aparelho público³. E essa mescla acabou, na verdade, por ser favorável aos mecanismos de concessão de

¹ Fernanda OLIVAL, *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641- 1789)*, Lisboa, Estar Editora Lda., 2001, p. 15.

² Cf. João Cordeiro PEREIRA, «A Estrutura Social e o Seu Devir», *Nova História de Portugal*, direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, Vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1999, p. 284.

³ Cf. Fernanda OLIVAL, *op. cit.*, p. 39.

mercês: eram precisos mais braços para as armas e para as penas, o rei, defensor e pai dos povos lá estava para conceder tais lugares aos mais merecedores dos seus súbditos. Estes, por seu turno, tudo faziam para que chegassem até ao monarca os ecos dos seus contributos para a glória da Coroa, logo, para o bem comum.

Não deixa de ser curioso que o rendimento que os homens de Seiscentos tiraram de tal empenho acabasse por ter proveito para além das suas próprias expectativas: testemunhadas na documentação, as mercês garantiram-lhes um lugar na memória colectiva; os seus feitos, atravessaram os séculos.

Na verdade este Rio de Janeiro por onde passavam ou se fixavam estes militares com ambições de se tornarem burocratas ou os burocratas com honras de feitos de armas era uma cidade em expansão geográfica, marcada pelo tráfico açucareiro, pelos conflitos institucionais, pelo medo das ameaças marítimas protagonizadas pelos holandeses ⁴. É de igual modo um mundo marcado pela miscigenação. Testemunha disso é a consulta ao Conselho Ultramarino relativa ao índio Manuel Afonso de Sousa, sargento-mor dos gentios do sul carioca, que pedia, de Lisboa, ajudas de custo para partir para o Rio ⁵. O nome que ostentava, indicando que tinha sido baptizado e o cargo atribuído, fazem eco dessa miscelânea humana em que, desde muito cedo, se transformou o Brasil e o Rio de Janeiro. Na tentativa de se fortalecer, o poder institucional tirava partido do fenómeno: o índio foi feito sargento-mor dos gentios, no sentido de garantir as cumplicidades nascidas das origens. Este caso remete-nos, aliás, para esses *intermediários* de que fala Alida Metcalf que, pelos seus laços com as duas faces do Império, assumiam no seu funcionamento funções preciosas ⁶.

Esta miscigenação é também testemunhada noutros contextos, que nos impedem de traçar cenários idílicos relativamente às vivências sociais. Em 1568, um mameluco, soldado da prisão carioca, foi acusado da morte de um outro militar e apontado como estando em fuga por uma diversidade de outros crimes. Esse filho de um morador do Rio de Janeiro e de uma índia, Simão Luís Pinto de seu nome, não seria, aliás, o único mameluco a ser olhado de soslaio pelos moradores de terras cariocas. De acordo com essa elite local os mamelucos eram audazes no crime e eficazes na fuga

⁴ Cf. Vivaldo COARACY, *O Rio de Janeiro no Século XVII*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944, pp. 9-10.

⁵ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 1, 9 de Abril de 1650. Note-se que o número da documentação desta Caixa foi dada por mim própria, de acordo com um critério cronológico e com a minha própria ordem de leitura, já que a mesma estava a sofrer uma reorganização por parte dos serviços do arquivo. Para facilidade de localização, em cada referência às fontes indicar-se-á sempre a data das mesmas.

⁶ Cf. Alida C. METCALF, «Álvaro Rodrigues: Um Intermediário no Mundo Português», *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*, coordenação de Maria Beatriz Nizza da SILVA, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 37-45.

para as matas⁷. Seriam estas informações verídicas, tratar-se-ia de ecos de intolerância?

O desassossego tinha, também, outras expressões. Veja-se a que revela a carta do governador Salvador Brito Pereira ao rei, relativamente ao provimento numa Companhia cuja titularidade é marcada pela instabilidade, até pelas idas e vindas de eventuais empossados, entre o reino, a capitania e Angola⁸. A documentação que vai relatando as desavenças do capitão Antão Themudo com a câmara, com o governador-geral, com os oficiais da Companhia Geral, a propósito dos danos em que o capitão, supostamente, fizera incorrer os navios da frota de que ia como cabo, e vai também dando conta de que a paz institucional não era um traço marcante da vida carioca⁹. Não deixa de ser curioso reparar nos alastramentos da contenda que incluiu uma devassa, ataques entre os oficiais e os administradores da Companhia, tudo com a data da partida da frota, a sua inclusão ou não na armada que ia da Baía e a ameaça holandesa como pano de fundo.

E nestes tempos de pouca bonança institucional e financeira as vindas à Corte eram habitualmente sinónimo de conflito em curso. Aqui procurava-se a justiça que se julgava atropelada em determinada nomeação, na perda de determinado cargo. E esse esforço de contacto com o poder central era fortemente estimulado, tido por benéfico para o funcionamento escorreito da vida pública¹⁰. Dá rosto a esta realidade, entre outros, o apelo do capitão Pedro de Sousa Brito para que lhe sejam concedidas ajudas de custo com vista ao seu regresso ao Brasil. É que, depois de três anos em Portugal, empenhado na restituição de uma companhia de Infantaria que entendia per-tencer-lhe, não tinha meios para suportar as despesas da viagem¹¹.

Mas, frequentemente, os conflitos brasileiros só extravasavam para o Reino depois de um amplo e duradouro percurso colonial. Testemunha-o a odisseia da família Camargo em confronto com o ouvidor, João Velho de Azevedo, com o conde de Atouguia, governador carioca e a câmara paulista. A família em questão estava em luta com os Pires, com quem protagonizava a irrequieta vida pública de São Paulo. Os Camargos contaram-se inclusivamente entre aqueles cuja notoriedade local era sublinhada pela presença permanente na Mesa da Misericórdia, com o contexto ultramarino a esbater o impedimento, que noutras circunstâncias teria representado a sua condição de cristãos-novos¹². De origem espanhola, chegados ao planalto de

⁷ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 123, 24 de Janeiro de 1658.

⁸ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 3, 10 de Julho de 1650.

⁹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 20, 6 de Novembro de 1651, doc. 21, 22 de Novembro de 1651, doc. 22, 30 de Julho de 1651.

¹⁰ Cf. Stuart B. SCHWARTZ, *Da América Portuguesa ao Brasil. Estudos Históricos*, sl, Difel, 2003, p. 79.

¹¹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 27 – 31 de Janeiro de 1652, doc. 28 – 16 de Maio de 1652.

¹² Cf. Isabel dos Guimarães SÁ, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 67.

Piratininga em finais do século XVI, enredaram-se nas lutas do Pós-Restauração, contando em seu desabono com os factores cumulativos de terem raízes no outro potentado ibérico e da já referida raiz cristã-nova¹³.

Não surpreende, portanto, que a gente da família de Joseph Ortis de Camargo atormentasse a rotina de Velho de Azevedo, conseguindo que o governador do Rio suspendesse a execução de uma sentença que tinha sido pronunciada em seu desfavor e que visava restituir a tranquilidade à tumultuada São Paulo e punir os Camargos por crimes de monta¹⁴.

O caso ganha nova luz quando se lê o traslado da carta de diligência ordenado pelo ouvidor e o auto da devassa já iniciada pelos juízes ordinários: os funcionários judiciais tinham-se instalado em São Paulo para inquirir testemunhas relativamente às injúrias pronunciadas contra D. João IV e aos *vivas* a Filipe III, também gritados por membros de tão desassossegada família. A partir da produção desta prova a sentença foi pesada: pena de prisão e confisco de bens dos implicados. De São Paulo seguiu o recurso dos réus para a Baía, onde conseguiram a suspensão da execução da sentença, mas de Lisboa chegou a confirmação da decisão condenatória. A verdade é que, em Agosto de 1656, ainda João Velho de Azevedo se queixava de que os tão detestados Camargos continuavam por punir e São Paulo reentrara em tempos de tumulto¹⁵.

Este caso, centrado nos homens da família Camargo, com o relevo que nele foi dado à questão da União Ibérica, vem estabelecer um curioso contraste com os numerosos testemunhos da indiferença com que a questão peninsular era encarada por muitos dos andarilhos do império. Um dos protagonistas deste facto é Gaspar Rodrigues Velho, que pedia um lugar de capitão junto do novo governador do Rio de Janeiro, D. Luís de Almeida, juntando os serviços prestados no quadro da União Ibérica, ao lado de méritos com espaço de acção mais patriótico¹⁶. Dizia ele que iniciara funções nas armadas da Corunha, tinha ido ao Brasil, combatendo em Pernambuco, daí foi para a Catalunha de onde fugiu para Portugal empenhando-se em Entre Douro e Minho e nas entradas na Galiza¹⁷.

A mesma atitude teve Pedro do Couto, um lisboeta em busca do posto de ajudante da praça carioca. Vangloriava-se de ter ido para o Brasil, em 1638,

¹³ Cf. Carlos Eduardo de Almeida BARATA e António Henrique da Cunha BUENO, *Dicionário das Famílias Brasileiras*, I Vol., São Paulo, Ibero América – Comunicação e Cultura S. C. Lda., s.d., p. 609. A propósito das possibilidades que o Brasil abriu à ascensão social dos cristãos-novos cf. Stuart B. SCHWARTZ, *Sugar Plantation in the Formation of Brazilian Society. Bahia, 1550-1835*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 266.

¹⁴ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 87, 24 de Dezembro de 1655.

¹⁵ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 103, 21 de Agosto de 1656.

¹⁶ Stuart SCHWARTZ sublinha aliás a permeabilidade das fronteiras dos Domínios ultramarinos ibéricos. Não surpreende portanto a postura mencionada. Cf. *Da América Portuguesa ao Brasil. Estudos Históricos*, sl, Difel, 2003, pp. 189 e ss.

¹⁷ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 16, 7 de Novembro de 1651.

onde lutou contra os holandeses. De lá foi para Cartagena, depois para o Estreito de Gibraltar, onde os homens das Províncias Unidas continuaram a assumir a condição de inimigos. Barcelona foi o ponto seguinte da jornada, seguindo-se Tarragona. Em 1643 estava no Reino, correndo a costa. Do mar passou à raia alentejana, participando em diversos embates com os espanhóis. Em 1646 embarcou com destino ao Maranhão, onde foi feito ajudante, cargo com que sonhava agora, mas na capitania do Rio de Janeiro¹⁸. O parecer do Conselho Ultramarino foi favorável.

Não se pode deixar de reconhecer que estes relatos de percursos militares e burocráticos apontam sobretudo para o lado atlântico dos domínios portugueses. É que a Índia pouco aparece ou chega mesmo a fazer alarde de mal-amada, em contraste com as terras brasileiras¹⁹. A excepção, mencione-se, estava entre os candidatos ao referido grupo de capitães que iria com D. Luís de Almeida para o Rio e é protagonizada por um Manuel de Brito Barreto que afirmava ter embarcado para a Índia em 1639²⁰. Mas serve imediatamente de contraponto o testemunho de um outro, Gaspar da Cunha de Abreu, com serviços em Angola e no Brasil e que se posicionava para alcançar a nomeação de almoxarife da Fazenda da capitania do Rio de Janeiro. Ora Cunha de Abreu confessava que nem o brio da obtenção de um Hábito de Cristo o fizera partir para a Índia²¹.

A vertente atlântica do império manifestava-se, ainda, pelas menções a Angola, apontada como ponto de passagem destes expedicionários da glória. O facto não causa espanto: o território angolano era fundamental à vida económica brasileira, a partir da sua condição de ponto-chave no abastecimento de escravos às explorações açucareiras, e o período em análise testemunhava o bem sucedido empenho do seu arranque ao domínio holandês²². Tratava-se, por conseguinte, de um espaço adequado à demonstração das virtudes militares e de serviço à Coroa, que estas gentes tanto buscavam. Era disso exemplo Roque Fernandes, um madeirense em andanças angolanas desde 1635, empenhado em correr a costa em busca dos holandeses. Entretanto foi para o Rio de Janeiro, onde fez crescer o seu rol de préstimos militares. Em 1645 integrou a expedição de socorro a Angola liderada por Salvador Correia de Sá²³.

¹⁸ AHU, Rio de Janeiro, Coleção Castro e Almeida, doc. 688.

¹⁹ Cf. C. HERMANN e J. MARCADÉ, *A Península Ibérica no Século XVII*, Mem Martins, Publicações Europa-América Lda., 2002, p. 228.

²⁰ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 16, 7 de Novembro de 1651.

²¹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 47, 16 de Outubro de 1653.

²² Cf. Evaldo Cabral de MELLO, *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641–1669)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 112 e ss.

²³ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 9, 7 de Junho de 1651. E cf. Charles R. BOXER, *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola 1602–1686*, Londres, University of London the Athlone Press, 1952, pp. 251 e 268 e ss.

Roque Fernandes não foi o único representante insular neste regresso de Angola à órbita portuguesa ou, olhando por outro prisma, nesta etapa angolana da corrida ao mérito reconhecido. Nem sequer foi caso isolado entre os madeirenses. Mas do arquipélago açoriano também acorriam braços e valia, como os de João Moniz de Medeiros. Confiando o seu percurso ao Conselho Ultramarino relatava que, sendo natural da ilha de São Miguel, serviu na ilha de Santo Domingo, embarcou nos galeões que, sob a liderança do Conde da Torre, lutaram contra os holandeses, seguiu para a América espanhola, de lá foi para as Canárias, depois para Inglaterra e, finalmente, reentrou em Portugal. Mas Medeiros não era homem de estadas prolongadas e, de Lisboa, partiu para o Brasil, onde se juntou aos que resgataram Angola. Tudo isto, se não lhe alcançou o hábito de uma das Ordens militares que ambicionava, valeu-lhe um alvará de lembrança para um cargo burocrático ou militar e um lugar num mosteiro para uma sobrinha ²⁴.

A preocupação do micalense com a sobrinha leva-nos até outro dos fenómenos representados nesta documentação: as diferentes expressões do funcionamento das redes familiares. Isto, aliás, devolve-nos a noção da organicidade da sociedade em que se movem estes homens e estas mulheres, onde o indivíduo só faz sentido no plano da relação com a Transcendência ²⁵. Na verdade, este aspecto é reiterado em múltiplos dos documentos, assumindo feições diversas. É que as famílias são referidas enquanto sede de solidariedades que geram obrigações de que se espera reconhecimento régio, mas também como alavanca para o sucesso. No fundo, o próprio entendimento do quadro institucional vai buscar referências ao contexto familiar: o monarca é interpretado como o pai, autoritário, mas protector dos povos.

Passa-se, então, a concretizar o que se refere: D. Gaspar de Molina, escrivão da Alfândega e do Almoxarifado do Rio de Janeiro, pedia ao rei, em recompensa pelo seu trabalho de registo da carga de uma nau holandesa recolhida ao porto carioca, quatro moios de trigo para o sustento da mulher e dos seis filhos ²⁶. Diferentes deste caso, mas equivalentes entre si apesar da distância social que os separa, são os casos apresentados por Pedro de Sousa Pereira e por Sebastião Monteiro. O primeiro, figura proeminente no Rio de Janeiro, com fortes ligações familiares aos poderosos Sás, administrador das minas da jurisdição carioca ²⁷, pedia a transmissão de outro dos seus cargos, o de Provedor da Fazenda da cidade dominada pela família da mulher, ao seu filho mais velho, Manuel Correia de Sousa ²⁸, justificando a solicitação com as frequentes visitas às minas. Sebastião Monteiro, por seu turno, meirinho da correição carioca, saído do anonimato por ter ido a São Paulo em apoio

²⁴ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 63, 7 de Janeiro de 1655.

²⁵ Cf. João Cordeiro PEREIRA, *op. cit.*, p. 283.

²⁶ AHU, Rio de Janeiro, Coleção Castro e Almeida, docs. 689-690.

²⁷ Cf. Charles R. BOXER, *op. cit.*, p. 299.

²⁸ AHU, Rio de Janeiro, Coleção Castro e Almeida, docs. 769-774.

à restituição da Companhia de Jesus, requeria ao rei permissão para renunciar ao ofício de que era proprietário, em benefício de um cunhado, Jacinto Nogueira de Pinto, já que o mesmo fora deixado por seu pai em dote à irmã, Maria Mexia²⁹.

Na verdade, o tipo de eficácia dos vínculos familiares daqueles de quem falam estas fontes, assume características de uma diversidade que revelam a sua amplitude e a sua relevância. A família podia até ser invocada enquanto fonte de debilidade, mas esse argumento camuflava apenas o empenho na formação ou no fortalecimento de redes de influência. Era o que fazia Martim Correia Vasques, quando juntava a sua condição de fidalgo e filho terceiro aos seus feitos de armas, com vista à obtenção do cargo de sargento-mor do Rio de Janeiro. Diga-se, aliás, que tais façanhas incluíam as armadas, as conquistas, a restauração de Pernambuco, mas nem por isso deixava por mãos alheias a sua condição de desvalido de bens familiares, face à posição que lhe coubera na ordem dos nascimentos da sua linhagem³⁰.

A família foi igualmente tornada presente nos documentos dirigidos ao Conselho Ultramarino, para transmitir à geração seguinte os feitos dos que a antecederam. Este mecanismo faz-nos perceber que, no fundo, as mercês régias podiam ser encaradas como um benefício concedido a toda a família, numa demonstração do alcance dos actos meritórios. Esta questão remete, mais uma vez, para um entendimento das relações com o poder marcadas pelo apelo à confiança e por uma certa forma de afectividade: «... a Coroa tentou frequentemente juntar num só acto as suas obrigações passadas e presentes de recompensa de serviços prestados.»³¹ A concretização surge no pedido de Salvador Correia Vasqueanes de uma comenda da Ordem de Cristo cujo Hábito já tinha sido concedido ao pai e na ordem para o governador lhe atribuir a primeira companhia que vagasse na cidade do Pão de Açúcar. Tratava-se de mais um dos membros dos incontornáveis Sás. O requerente afirmava ser filho do ex-governador do Rio, Duarte Correia Vasqueanes³², servidor do monarca durante mais de 40 anos. Ele próprio dizia-se empenhado no bem da Coroa já lá iam mais de dez anos, embarcando em duas armadas e estando na restauração de Pernambuco. Naquela altura estava a caminho de Lisboa, em companhia de Salvador Correia de Sá e Benevides.

No fundo a própria reivindicação de fidalguia, presente em variados documentos, remete imediatamente para as ligações familiares. Atente-se nos candidatos ao preenchimento de uma nova vaga de tabelião do Rio de

²⁹ AHU, Rio de Janeiro, Coleção Castro e Almeida, doc. 775.

³⁰ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 95, 21 de Fevereiro de 1656.

³¹ Francis A. DUTRA, «Os Dotes dos Hábitos das Ordens Militares de Santiago e de Avis em Portugal e no Brasil do Século XVII», *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*, coordenação de Maria Beatriz Nizza da SILVA, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 164.

³² Tratava-se de um primo de Salvador Correia de Sá e Benevides. Cf. Vivaldo COARACY, *op. cit.*, p. 73.

Janeiro. Entre eles estava João de Castilho Pinto, cavaleiro fidalgo da Casa Real, titular de um alvará de promessa de ofício para o filho, que pedia a recompensa pelos serviços prestados na capital carioca onde residiu até 1644. Do Rio veio ao reino com a incumbência de felicitar D. João IV pela Restauração, regressando de seguida à colónia. Como João de Castilho Pinto não teve filhos, propôs para o cargo um sobrinho, Manuel Castilho³³.

A criação de mais um tabelião no Rio de Janeiro a pedido dos oficiais da câmara, do governador e do ouvidor-mor³⁴, indicia um circunstancialismo que uma interpretação literal da documentação faria decair para o contraditório. É que, em contraste com as queixas da vereação e de alguns outros ilustres, esta necessidade aponta para uma azáfama jurídica só possível em tempos de desaforo material. Não deixa, ainda, de merecer realce o facto de instituições normalmente tão desavindas, em constante luta de afirmação, serem de parecer unânime relativamente à necessidade de dotar a capitania de mais este oficial público. Datava de 1654 o pedido a que se dava nesta altura resposta e no documento da solicitação as referidas entidades diziam expressamente que tal necessidade nascera do aumento da população e dos negócios³⁵.

A azáfama jurídica carioca teve, aliás, outros registos que, simultaneamente, reiteram a impressão de prosperidade do período. Repare-se na opinião expressa pelos oficiais da câmara a propósito dos salários exorbitantes dos juizes dos órfãos e dos escrivães, cobrados durante as suas deslocações ao interior da capitania para inventariarem os bens sujeitos ao regime sucessório³⁶. Ora se existiam patrimónios deixados *mortis causa*, não podia a praça viver afogada na miséria alardeada pelos moradores na generalidade dos documentos.

Esse incremento da vida jurídico-burocrática do Rio reflecte-se também na menção a burocratas de carreira. Era o caso de Baltasar de Almeida, meirinho da correição, morador na sede da capitania e com serviços prestados à sua custa na Ilha Grande. Candidatava-se agora ao cargo de meirinho do campo³⁷.

Situação profissional equivalente, no que à dedicação em exclusivo à toga dizia respeito, era a de António Pereira. Apresentava-se ao Conselho Ultramarino como advogado, procurador da Fazenda do Rio de Janeiro, procurador do Fisco Real, provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes em Pernambuco. No Maranhão conheciam-no como ouvidor-geral, auditor da Gente de Guerra e provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes. Pedia

³³ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 76, 27 de Maio de 1655.

³⁴ Cf. *ibidem*, fl. 1.

³⁵ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 52, 27 de Abril de 1654.

³⁶ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 13, 30 de Julho de 1651. A propósito dos Juizes dos Órfãos, cf. Timothy J. COATES, *Convicts and Orphans. Forced And Stated-Sponsored Colonizers in The Portuguese Empire, 1550-1775*, Stanford, Stanford University Press, 2001, pp. 122 e ss.

³⁷ AHU, Rio de Janeiro, Coleção Castro e Almeida, doc. 765.

nesta altura a propriedade do cargo de procurador dos índios na capitania carioca ³⁸.

Estes tempos de crescimento burocrático, testemunhado, entre outros, pelos documentos referidos, revelam-se também como período de demoras para quem esperava pelas respostas dos gabinetes. Ouçam-se os lamentos de Sebastião Fernandes Correia que, havia dois anos, esperava na Corte, ido do Rio, uma decisão sobre a propriedade do ofício de provedor e contador da Fazenda da capitania de S. Vicente ³⁹. Também Pedro de Sousa Brito suportou uma estada na Corte de três anos, até obter a restituição da sua Companhia ⁴⁰. Naturalmente que estas delongas eram sinónimo de prejuízos, dos prejuízos de quem, apesar das idas e vindas, tinha feito do Brasil a sua casa.

Havia também itinerâncias internas, como as de Mateus de Moura Fogaça, peticionário do Hábito de Cristo que apresentava serviços no Rio de Janeiro, em S. Vicente, na costa até à Ilha Grande, de novo em terra carioca, mais uma vez a bordo das armadas que bordejavam as terras da colónia ⁴¹.

A verdade é que, em deslocações que não ultrapassaram os limites brasileiros ou em deambulações mais vastas, grande partes destes homens afirmava ter prestado serviços à Coroa à sua custa, no sentido mais amplo do termo. Tratava-se, nas suas palavras, de *servirem à sua custa*. Vejam-se os caso de Manuel Rodrigues Bravo, que servira em Pernambuco, embarcara, estivera na defesa organizada pelo conde de Mação a Porto Calvo, à Baía e em outras ocasiões de perigo provocadas pelos ataques holandeses ou decorrentes da sua presença. Participara igualmente no esforço organizado pelo conde da Torre em apoio a Pernambuco. Em todas essas ocasiões investiu dinheiro, criados e escravos ⁴²; Fernão Faleiro Homem que dizia ter servido na capitania carioca por mais de 30 anos, ofertando os seus bens para as acções militares, para a construção de fortificações e intervindo em zonas tão perigosas como a praia da Carioca ⁴³. Tinha sido capitão da fortaleza de Nossa Senhora do Bom Sucesso, reparando-a com meios pessoais. Fizera subir o lanço da arrematação dos dízimos. Fora à descoberta da prata e andara em busca de escravos fugidos no sertão. Evitara deserções no exército ⁴⁴.

Esta gente que se empenhava, de corpo e bolsa, na vida militar e burocrática do império, acabava por revelar nos relatos das suas aventuras os

³⁸ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 30, 12 de Setembro de 1652.

³⁹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, docs. 104-105, 28 de Julho de 1659, fl. 1.

⁴⁰ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 28, 16 de Maio de 1652.

⁴¹ AHU, Rio de Janeiro, Colecção Castro e Almeida, doc. 752.

⁴² AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 16, 7 de Novembro de 1651.

⁴³ Sobre questões referentes às edificações militares em território brasileiro cf. Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, «A Praça de Guerra. Aprendizagens entre a Aula do Paço e a Aula de Fortificação», in *Oceanos*, n.º 41, Janeiro/Março de 2000, sl, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, pp. 24-38.

⁴⁴ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 40, 14 de Julho de 1653, fls. 1 e 1v.

medos da comunidade, aquelas referências que, de forma real ou ficcionada, eram as fontes do temor. Na sua petição, Fernão Homem indicou uma das fontes da insegurança do Brasil colonial e, conseqüentemente, um dos espaços de andanças em busca da ventura: o sertão, essa área não sujeita a controle europeu, irredutivelmente desafiadora, morada de foragidos, abrigo de todas as insubmissões e de ameaças impossíveis de conhecer. Compreende-se, assim, que também Rafael do Rego Barbosa elencasse entre os serviços que queria fazer brilhar aos olhos do rei, as capturas de soldados desertores do presídio do Rio e que andavam pelo sertão ⁴⁵.

Naturalmente que não era só o sertão que o Brasil dos europeus temia. E compreensivelmente cada um desses medos dava azo a serviços valorizados pelo discêrnis régio. Havia assim os já referidos embates com os holandeses, a captura de foragidos da justiça, o sentimento de insegurança face à precária organização militar carioca. Desta última debilidade dá conta Salvador Correia de Sá e Benevides, esse exemplo, porventura máximo, de itinerância entre a América ibérica e o reino, com passagem por Angola, sem que haja no seu relatório outra originalidade que a da sua autoridade, já que muitos eram os que faziam queixas equivalentes. Dizia Sá e Benevides que o Rio não tinha soldados suficientes face à alta mortalidade entre as tropas e às deserções; as fortalezas estavam igualmente desguarnecidas ⁴⁶. O estado físico destas últimas estava longe de ser recomendável, a acreditar nos queixumes de outros autores, alguns, por sinal, bastante habilitados para serem ouvidos, como o arquitecto Mateus do Couto e os engenheiros Bellefigue e Francisco Cruz ⁴⁷. E nem essa espécie de refrescagem das tropas que acontecia com a ida dos novos governadores, atenuava, assinalavelmente, a situação ⁴⁸.

A presença de militares estrangeiros é reflexo das carências lusas. Encontramos assim Diego Baquer, artilheiro inglês, e Emarcos Vises, condestável holandês, a apresentarem as suas candidaturas aos cargos de condestável-mor e mestre das obras e fábrica da artilharia do Rio de Janeiro ⁴⁹. Mas ficou também registada a pretensão de Theofilato Alexandre de Brampt, chegado de Castela, com vontade de, como capitão, servir o rei de Portugal em terras do Brasil ⁵⁰, bem como a de D. Gabriel Garces e Gralha, fidalgo catalão, titular de uma companhia de infantaria no Rio, que requeria o seu reagrupamento e o pagamento do soldo por inteiro ⁵¹.

⁴⁵ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 89, dia e mês não indicados, 1655.

⁴⁶ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 91, 29 de Janeiro de 1656.

⁴⁷ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 6, 6 de Dezembro de 1650. Sobre os engenheiros cf. Beatriz Siqueira BUENO, «Desenho e desígnio – o Brasil dos Engenheiros militares», in *Oceanos*, n.º 41, Janeiro/Março de 2000, sl, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, pp. 40-58.

⁴⁸ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 17, 23 de Outubro de 1651.

⁴⁹ AHU, Rio de Janeiro, Colecção Castro e Almeida, doc. 731.

⁵⁰ AHU, Rio de Janeiro, Colecção Castro e Almeida, docs. 744-746.

⁵¹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 97, 2 de Maio de 1656.

Na verdade, nesse mundo de impérios, não nos surpreende esta profusão de gentes disposta a servir pelas armas a Coroa dos Bragança. Vindos de outras terras combater por causas portuguesas, não podiam ambicionar à igualdade com os portugueses. Percebemo-lo, por exemplo, na afirmação de Salvador Correia de Sá acerca de D. Garcia estar em desvantagem relativamente aos outros candidatos à companhia por ser estrangeiro. Correia de Sá sublinhava ainda a sua convicção acerca do ressentimento dos lusos se, a um catalão, fosse pago o soldo por inteiro, diversamente do que se passava com os nacionais ⁵².

Como se calcula, muitos outros percursos de militares e burocratas ficaram por particularizar, mas não era só deles que se fazia esta espécie de Rio de Janeiro em movimento que se tenta iluminar. Daí que se tenha, já de seguida, de partir para outro dos elos desta cadeia humana que aproximava e dava unidade às terras sob obediência ao rei português. A atenção vai, pois, focar-se nos rostos da mercancia.

3. A Mercancia – o que se afirma e o que se descobre

Quando se analisa a documentação carioca deste período a partir do ponto de vista da vida comercial, a conclusão óbvia é a de que se viviam tempos difíceis: a 19 de Julho de 1650 o governador fazia chegar a Lisboa notícias do que não temia qualificar de miséria da praça, traduzida em falta de mantimentos e escassez de navios para o transporte do açúcar ⁵³. A 7 de Junho de 1651, o capitão Francisco da Cruz escrevia ao Conselho Ultramarino que, de há dois anos a essa data, faltavam as embarcações nos portos da capitania, que o vinho, o azeite e o bacalhau iam mingando ⁵⁴. O próprio Salvador Correia de Sá e Benevides, nove anos depois, traçava um quadro a negro do *seu* Rio, enfatizando a falta do arrendamento do dízimo dos vinhos, fundamental para a vida do presídio, já que dessas receitas se tirava o sustento das tropas ⁵⁵.

Os lamentos destes cariocas de Seiscentos apontam, quase invariavelmente, uma única explicação para os males da colónia: a Companhia Geral de Comércio. Essa sociedade, cujos estatutos datavam de 1649, fora constituída com capitais nacionais e estrangeiros, e uma participação considerável de capital Cristão-Novo ⁵⁶. Representava uma tentativa de intervenção

⁵² AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 96, 2 de Maio de 1656.

⁵³ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 7, 19 de Dezembro de 1650.

⁵⁴ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 10, 7 de Junho de 1651.

⁵⁵ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 129, 20 de Abril de 1659. Recorde-se o que a este respeito diz Leonor Freire COSTA, *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1560-1663)*, Vol. I, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2002, pp. 566 e ss.

⁵⁶ Cfr. Evaldo Cabral de MELLO, *op. cit.*, p. 161.

pública e de centralização comercial, entrelaçada com o predomínio de alguns particulares. Tudo centrado no açúcar, a partir dos interesses que nele radicavam ⁵⁷.

A Companhia era um desenvolvimento da prática de comboiagem de navios entre o Brasil e o reino, agora mais organizada ⁵⁸. Ao novo agente económico era concedido o exclusivo do abastecimento de vinho, azeite e bacalhau ao Estado do Brasil, a preços fixados pela Companhia. Na outra ponta do circuito a Companhia garantiu o exclusivo do transporte para o reino do açúcar, do tabaco, do algodão, das madeiras brasileiras, a troca da obrigação de manter uma frota de 36 navios, apta a concretizar as duas armadas anuais que deveriam ligar a colónia e o reino ⁵⁹. Subjacente a todo o processo estava ainda a escolta dos navios ameaçados pelo corso ⁶⁰.

Se dúvidas houvesse quanto à impopularidade da Companhia Geral de Comércio, os testemunhos documentais encarregar-se-iam de as revelar: em Junho de 1651, o governador, D. Luís de Almeida, fazia chegar ao Conselho Ultramarino o seu desagrado pela repercussão da acção da sociedade na quebra do dízimo dos vinhos ⁶¹ e, seis anos mais tarde, o Rio agitava-se contra a acção do comandante do comboio, o general Pero Vasques de Magalhães, pelo tratamento abusivo dos mestres e demais pessoas que embarcavam açúcar para o reino ⁶².

Na verdade, as queixas dos cariocas não conseguiam tirar repercussão aos testemunhos que denunciavam prosperidade. Assim, em Março de 1655, o procurador-mor do Rio pedia que se trocassem 3 mil réis em moedas de cinco réis, face à grande necessidade de numerário de baixo valor na capitania ⁶³. Ora isto remete para uma actividade económica fervilhante, a promover o aumento da moeda em circulação. No fundo este era o inverso da imagem de penúria que se queria impor. Outro tanto se pode dizer da carta dos oficiais da câmara local, datada de Julho de 1659, que dava conta de que, face à diminuição das rendas régias, eram os moradores que sustentavam a infantaria ⁶⁴. Estavam portanto longe da insolvência, até porque a quebra nas fontes de financiamento local poderia resultar também de falhas nos mecanismos burocráticos. Esses moradores, aliás, já tinham dado prova de algum desafio financeiro, quando tinham fornecido os meios necessários à reparação de duas naus inglesas, arribadas ao Rio de Janeiro ⁶⁵.

⁵⁷ Cfr. Leonor Freire COSTA, *op. cit.*, pp. 480 e ss.

⁵⁸ Cfr. C. HERMANN, J. MARCADÉ, *op. cit.*, p. 231.

⁵⁹ Cfr. Charles BOXER, *op. cit.*, p. 290.

⁶⁰ Cfr. Leonor Freire COSTA, *op. cit.*, pp. 497 e ss.

⁶¹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 11, 20 de Junho de 1651.

⁶² AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 117, 24 de Julho de 1657.

⁶³ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 68, 5 de Março de 1655.

⁶⁴ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 133, 12 de Julho de 1659.

⁶⁵ AHU, Rio de Janeiro, Colecção Castro e Almeida, doc. 27.

Talvez os mais emblemáticos sinais de saúde económica das terras cariocas sejam os já referidos documentos de Julho de 1651 e de Abril de 1654. No primeiro, a elite municipal denunciava os salários excessivos dos juizes e escrivães dos órfãos nas deslocações ao interior da capitania para procederem aos trâmites sucessórios⁶⁶. Ora patrimónios em processos de partilha são incompatíveis com dias de miséria. E no segundo documento a mesma câmara suplicava ao poder central que criasse mais um lugar de tabelião⁶⁷, o que denunciava uma actividade jurídico-económica de particular intensidade.

Na verdade, este jogo entre as queixas exaustivas e as revelações involuntárias proporciona um conjunto de informações de interesse assinalável para a compreensão do Rio da segunda metade de Seiscentos. É o caso da importância que, na vida quotidiana, tinham produtos como o vinho, o azeite, a farinha, o bacalhau, o sal⁶⁸, tal como os sapatos, as meias, os biscoitos, os presuntos, todos de origem reinol⁶⁹. Repare-se que alguns destes produtos tinham para a colónia e até para o reino, uma relevância que excedia o quadro alimentar. Percebe-se isto nomeadamente a partir do já referido vínculo entre a guarnição militar carioca e os dízimos do vinho: essas receitas eram fundamentais para o sustento das tropas. Mas poderão recordar-se as queixas do governador em Julho⁷⁰ e em Dezembro de 1650⁷¹, a que se juntam os lamentos do capitão Francisco da Cruz, em Junho de 1651⁷², as propostas do governador, D. Luís de Almeida, relativamente a alterações na arrematação desses dízimos, no mesmo mês⁷³, os alertas de Salvador Correia de Sá e Benevides, datados de Abril de 1659 para a necessidade de se fazer chegar à praça o vinho para o sustento da prisão⁷⁴. O sal, por sua vez, alastrava a sua importância à política externa, promovendo, inclusivamente, o Tratado de Paz de 1641 com a Holanda, essa fonte de ameaças reais e imaginárias para o restaurado império português⁷⁵.

Na animação do circuito económico, o Brasil respondia com as madeiras, os couros e, naturalmente, o açúcar. Este último estava, aliás, no centro da vida colonial. Era por causa dele que o Conselho Ultramarino se ocupava de Pedro Stalpart, em Novembro de 1650. O requerente dizia que, com um cunhado entretanto já falecido, havia mandado três naus a S. Tomé ao

⁶⁶ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 13, 30 de Julho de 1651.

⁶⁷ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 52, 27 de Abril de 1654.

⁶⁸ AHU, Rio de Janeiro, Colecção Castro e Almeida, doc. 696.

⁶⁹ Cfr. C. HERMANN, J. MARCADÉ, *op. cit.*, p. 232.

⁷⁰ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 8, Julho de 1650.

⁷¹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 7, 10 de Dezembro de 1650.

⁷² AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 10, 7 de Junho de 1651.

⁷³ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 11, 20 de Junho de 1651.

⁷⁴ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, doc. 129, 20 de Abril de 1659.

⁷⁵ Cfr. Evaldo Cabral de MELLO, *op. cit.*, pp. 41 e ss.

serviço da Coroa. Lá, à falta de carga⁷⁶, decidiram que uma regressaria a Lisboa, com o pouco açúcar comprado, e as restantes iriam para Angola. Na colónia africana envolveram-se na luta contra os holandeses, correram a costa e acabaram por partir para o Brasil, de onde Stalpart esperava conseguir autorização para carregar açúcar⁷⁷.

Este produto era o protagonista das trocas comerciais, era fonte de preocupações sem número e de infindáveis conflitos⁷⁸. É isso que os documentos testemunham, por exemplo, no ofício do capitão Francisco Cruz que alertava para a necessidade de irem anualmente ao Rio os navios suficientes para transportarem doze mil caixas do produto⁷⁹, como também num outro de D. Luís de Almeida que se queixava da falta dessas mesmas embarcações⁸⁰; de igual modo, Salvador Correia de Sá e Benevides pedia que 10% do espaço de carga dos barcos da frota brasileira fossem reservados aos seus açúcares⁸¹. Isto, no fundo, só vem dar sustentação aos que afirmam que «as exportações eram, em média, da ordem das 20 000 caixas por ano no século XVII, sendo o recorde detido pelos anos de 1653 com 53 221 caixas»⁸². E estes números acabam por dar substância à ideia de que a produção brasileira secundarizou as congêneres dos arquipélagos atlânticos, a partir do aproveitamento de um conjunto de condições verdadeiramente imbatíveis. Eram elas a possibilidade de se dispensar a rega, de se plantar tanto em zonas altas como em espaços mais baixos, de se cortarem as canas duas vezes por ano, ao que acrescia a sanidade dos solos e a abundância de mão-de-obra⁸³.

A propósito de mão-de-obra, não pode deixar de causar estranheza a ausência de referências directas ao tráfico negreiro. Estas resumem-se às já indicadas alusões às acções dos capitães-do-mato, que queriam fazer valer esses actos com vista à obtenção de mercês, bem como às petições dos moradores que, tendo utilizado os seus cativos ao serviço régio, o apontavam com o propósito de serem igualmente recompensados⁸⁴.

Angola era fundamental para esse abastecimento de escravos aos engenhos brasileiros. Daí o empenho carioca na sua reconquista que, nestes

⁷⁶ Recorde-se que S. Tomé vivia, desde o princípio do século XVII, uma diminuição na produção açucareira, para o que contribuíram, nomeadamente, as revoltas de escravos. Cfr: Frédéric MAURO, *Portugal, o Brasil e o Atlântico. 1570 – 1670*, Vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 252.

⁷⁷ AHU, Rio de Janeiro, Coleção Castro e Almeida, doc. 693.

⁷⁸ Cfr. Stuart B. SCHWARTZ, *Sugar Plantation on the Formation of Brazilian Society. Bahia, 1550-1835*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, pp. 121 e ss.

⁷⁹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 10, 7 de Junho de 1651, fl. 2.

⁸⁰ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 11, 20 de Junho de 1651, fl. 3.

⁸¹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 49, 29 de Outubro de 1653, fl. 1.

⁸² Cfr. C. HERMANN e J. MARCADÉ, *op. cit.*, p. 233.

⁸³ Cfr. Frédéric MAURO, *op. cit.*, p. 254.

⁸⁴ Cfr. p. 15.

anos 50 do século XVII, era revivido pelos documentos que sublinham, em numerosos exemplos, esse esforço na luta contra os holandeses ⁸⁵.

Era, justamente, o temor holandês que parecia dar forma aos medos e às precauções dos cariocas, expressas na capacidade dos navios para fundirem a acção comercial e a capacidade militar. Na verdade eram tempos em que as embarcações mercantis combatiam. Era o caso de Francisco Guterres, cujos navios tanto carregavam açúcar como combatiam os homens das Províncias Unidas ⁸⁶; ou do oferecimento de Gaspar Dias Mesquita de transportar, desde Lisboa, o novo governador do Rio, D. Luís de Almeida, no seu navio que estava protegido com 30 peças de artilharia e que, no regresso transportaria açúcar ⁸⁷.

Neste contexto mercantil, os alimentos e as suas andanças acabam por fazer emergir um longo encadeado de traços caracterizadores *deste* Rio de Janeiro. Mas o que se come, o que se veste, os materiais de construção permitem, também, estabelecer outros percursos, perceber outras ligações: rotas, influências e trocas.

Sem surpresas, constata-se que, nesta altura, a ligação mercantil mais importante da colónia era com o reino, ponto de destino exclusivo do açúcar, das madeiras, dos couros brasileiros e fonte de abastecimento monopolista dos produtos alimentares de matriz europeia e das manufacturas. Isto num circuito que demorava «... em média, de 53 a 55 dias entre Lisboa e a Baía, e de 64 a 65 dias para se chegar ao Rio de Janeiro. No regresso, era preciso, em média, uma centena de dias desde o Rio...» ⁸⁸. É dessa ligação que nos guardou memória a carta de D. Luís de Almeida, datada de Junho de 1651, na qual descreve a viagem de Lisboa ao Rio. No documento apela ao reino para fazer chegar à praça os navios para o transporte do açúcar, dá asas à sua indignação pela falta do vinho e de outras fontes de sustento das gentes e manutenção das armas ⁸⁹.

Mas os vínculos comerciais cariocas estendiam-se a outras paragens. Ilustrativo de outra ligação marítima era o pedido de João de Almeida ao Conselho Ultramarino e que obteve resposta positiva em Agosto de 1652. Dizia ele que, estando na Baía por alturas do ataque do Conde da Torre a Pernam-

⁸⁵ Apenas a título de exemplo AHU, Rio de Janeiro, Colecção Castro e Almeida, Doc. 693, Doc. 706, Docs. 741-742, Docs. 761-762, Doc. 784. Convirá talvez recordar que os holandeses, perante o feixe de condições favoráveis alardeadas pelo Brasil do açúcar, o tentaram chamar seu, tanto mais que, no quadro da União Ibérica, as Províncias Unidas podiam juntar ao interesse económico o fulgor da luta política. Cfr: Evaldo Cabral de MELLO, *op. cit.*, pp. 29 e ss., *Idem*, «Os Holandeses no Brasil», in *O Brasil e os Holandeses*, org. por Paulo HERKENHOFF, Rio de Janeiro, Sextante Artes, GMT Editores, 1999, pp. 20 e ss.

⁸⁶ AHU, Rio de Janeiro, Colecção Castro e Almeida, Doc. 693.

⁸⁷ AHU, Rio de Janeiro, Colecção Castro e Almeida, Docs. 724-727, fl. 1.

⁸⁸ Jacques MARCADÉ, «O Quadro Internacional e Imperial», *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, Vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, p. 59.

⁸⁹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 11, 20 de Junho de 1651.

buco, este mandou-o ao Rio da Prata trocar mercadorias por carnes destinadas ao abastecimento dos navios envolvidos no esforço contra os holandeses⁹⁰. Pedia o pagamento do que lhe era devido pelo serviço prestado.

Outro artigo e outra terra mencionava Pero de Souza Pereira. Recebera ordem régia para mandar a Angola madeiras avaliadas em 1000 cruzados com vista à recuperação da artilharia local, a serem pagas pelos feitores dos contratadores angolanos. Mas estes últimos haviam-lhe dito que, pela falta de contactos marítimos, que já durava há muitos meses, não tinham dinheiro dos tais contratadores. De todo o modo, Sousa Pereira afirmava que enviaria as madeiras assim que fosse possível⁹¹. Este documento, de Novembro de 1655, demonstra a estabilidade das relações mercantis entre as duas colónias. É que a existência de feitores dos contratadores angolanos no Rio de Janeiro remete precisamente para esse cenário de estabilidade, num contexto de interligação entre as duas costas, feita de contactos regulares e centrados no tráfico negreiro⁹². Tanto mais que é conhecida a presença de agentes comerciais brasileiros em Luanda, ocupados no comércio de escravos a troco da cachaça e do tabaco brasileiros⁹³. Pedro de Sousa Pereira cumpriu o prometido, sabemo-lo por uma carta de Julho de 1657: os navios com a madeira deixaram o Rio tendo Angola por destino, em Janeiro desse ano. O material era da melhor qualidade, embora a falta de embarcações não permitisse um envio com maior tonelagem⁹⁴.

Há que considerar que, na verdade, os que buscavam fortuna no Atlântico não se contentavam com Angola e com o Brasil. Aventuravam-se a incluir na sua rota a América espanhola, apesar de as relações entre as duas coroas ibéricas não serem as melhores. Veja-se o caso da nau de Buenos Aires a caminho de Angola que só teria alcançado autorização para ancorar no Rio por estar a meter água e ainda assim mediante pagamento de direitos e sujeição a devassa. O negócio dos escravos não devia andar longe destes circuitos⁹⁵.

Paradoxalmente, este Rio de Janeiro, centro de trocas, não deveria afigurar-se a uma fortaleza inexpugnável no que aos estrangeiros dizia respeito. Se aos portugueses era reconhecido o direito de comerciarem livremente com a colónia – excepção feita aos produtos transaccionados pela Companhia Geral –, os que não eram súbditos dos Braganças tinham que ultra-

⁹⁰ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 29, 20 de Agosto de 1652.

⁹¹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 82, 30 de Novembro de 1655.

⁹² Cfr. Charles BOXER, *op. cit.*, p. 281.

⁹³ Cfr. José C. CURTO, *Álcool e Escravos. O Comércio luso-brasileiro de álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central e Ocidental*, sl, Vulgata, 2002, p. 125.

⁹⁴ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 112, 10 de Julho de 1657.

⁹⁵ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 114, 20 de Julho de 1657. Cfr. Luíz Felipe de ALENCASTRO, *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 77 e ss.

passar algumas barreiras através da concessão de licenças temporárias sujeitas a depósito de caução ⁹⁶.

Estas não eram difíceis de alcançar a menos que os envolvidos fossem gentes oriundas de um país tido por inimigo ⁹⁷. Apesar de tudo, o princípio geral era o de condicionar a presença de estrangeiros em território brasileiro, mesmo quando eram os próprios portugueses a manifestar as vantagens da sua presença.

Assim se pode compreender a petição de Manuel Ferreira Setúbal, que pedia ao Conselho Ultramarino autorização para incluir seis estrangeiros, entre os artilheiros do seu navio, *Rei da Polónia*, com destino ao Rio ⁹⁸. A pretensão do requerente obteve provimento, condicionado, no entanto, ao depósito de caução. Problemas semelhantes tinha Domingos de Araújo que, querendo deixar Lisboa na sua nau, aspirava embarcar nela um condestável francês com o respectivo ajudante, assim como um cirurgião genovês. O Conselho anuiu mediante a costumada fiança e com a condição de trazer de volta os estrangeiros ⁹⁹.

A preocupação da Coroa com o envolvimento e controlo de estrangeiros na colónia brasileira, ia para além da emissão de licenças. Por exemplo, o governador, D. Luís de Almeida, teve de dar resposta ao pedido de informação, expresso numa carta régia, sobre os estrangeiros cuja ocupação era o comércio. O governador elaborou, então, uma lista que incluía um judeu inglês, autorizado a ir ao Brasil cobrar uma dívida e a lá permanecer entre uma frota e outra; um indivíduo provavelmente originário da península italiana, a quem fora concedido ficar também um ano na colónia e a importar um limite máximo de 2000 cruzados de mercadorias; um hispânico estabelecido com uma mercearia; e ainda um cirurgião francófono que pelos vistos juntava a mercancia à medicina e que já estava no Rio havia 18 anos ¹⁰⁰.

De entre os estrangeiros residentes nas colónias os judeus estavam particularmente bem representados, incluindo homens idos das Províncias Unidas ¹⁰¹, mas também de Inglaterra ¹⁰². A *gente da nação* fazia destas aventuras um dos meios vida adaptáveis à sua condição de perseguidos e a colónia atlântica parecia menos exposta a intervenções inquisitoriais ¹⁰³. A presença de ingleses só reitera esse peso dos britânicos na vida económica brasileira, acentuado, aliás, depois do Tratado de Comércio de 1654 ¹⁰⁴.

⁹⁶ Cfr. Frédéric MAURO, *op. cit.*, Vol. II, pp. 185 e ss.

⁹⁷ Cfr. C. HERMANN e J. MARCADÉ, *op. cit.*, p. 235.

⁹⁸ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 35, 16 de Dezembro de 1652.

⁹⁹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 44, 6 de Setembro de 1653.

¹⁰⁰ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 87, 28 de Dezembro de 1655.

¹⁰¹ AHU, Rio de Janeiro, Colecção Castro e Almeida, Doc. 692.

¹⁰² AHU, Rio de Janeiro, Colecção Castro e Almeida, Doc. 767.

¹⁰³ Cfr. Charles R. BOXER, *op. cit.*, p. 15.

¹⁰⁴ Cfr. Frédéric MAURO, *op. cit.*, Vol. II, pp. 216-217.

A vida material carioca fervilhava de movimentações: as gentes iam activando rotas, transaccionando mercadorias e definindo influências.

4. Sonhos Dourados

As minas e os que as conheciam ou ambicionavam são também causa de mobilidade: pela sua busca, pelo transporte das amostras, pelas actividades administrativas a que davam origem, apesar de nesses meados de Seiscentos as riquezas serem mais feitas de sonhos do que de proveito. Recorde-se que no início do século, o sul do Brasil tinha vibrado com a descoberta de alguns veios. Os optimistas ou os visionários exageravam estes sonhos ao conceberem todo o sul do subcontinente como que assente numa pilha de ouro, prata, e esmeraldas¹⁰⁵. Na verdade, seria preciso esperar até 1696 para que o Brasil encontrasse reposta para as suas ânsias de ouro¹⁰⁶.

Os tempos eram de procura e de «experiências». Entre elas as de um capitão, Eliodoro Ebano, num território que só no futuro daria razão aos que viram nele um manancial de riqueza, o Parnaguá¹⁰⁷. Do relato percebe-se a aposta no chamado *ouro de lavagem*, num garimpo em que os bandeirantes paulistas se tornaram muito activos, nos seus arraiais instalados junto ao leito dos rios¹⁰⁸. Este capitão convertido em mineiro não devia, no entanto, fazer parte desses grupos de homens de São Paulo. Seria, com todas as probabilidades, um desses experimentados castelhanos a quem as autoridades portuguesas confiavam as primeiras buscas do ouro e da prata, como ocorre, por exemplo, com o capitão Bartolomeu de Thoralles que chega a dirigir-se em castelhano ao administrador-geral das minas¹⁰⁹; Jaime Corral, um mineiro que, com 50 índios e tudo o mais à sua custa, se internara por quatro meses no Parnaguá¹¹⁰. Os aventureiros de S. Paulo também têm lugar no Parnaguá: o provedor da Fazenda do Rio de Janeiro comparava a pobreza dos habitantes locais que, segundo ele, garimpavam, no máximo, com duas pessoas, com as maiores possibilidades dos paulistas, o que se reflectia na quantidade de ouro conseguida por uns e por outros¹¹¹.

Os relatos dão uma ideia da vida quotidiana e da história das minas brasileiras: as bocetas com pó; as pedras de peso; as experiências realiza-

¹⁰⁵ Cfr. Guy MARTINIÈRE, «A Implantação das Estruturas de Portugal na América (1620-1750)», *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel SERRÃO e de A. H. de Oliveira MARQUES, Vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, p. 174.

¹⁰⁶ Cfr. HERMANN e J. MARCADÉ, *op. cit.*, p. 233.

¹⁰⁷ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 15, 10 de Agosto de 1651, fl. 1.

¹⁰⁸ Cfr. Guy MARTINIÈRE, *op. cit.*, p. 237.

¹⁰⁹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 53, 29 de Maio de 1654, fl. 1.

¹¹⁰ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 126, 10 de Outubro de 1658.

¹¹¹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 39, 30 de Junho de 1653, fl. 1.

das ¹¹²; as caixas de amostras enviadas para o reino, tão cuidadosamente descritas, sujeitas a termos de responsabilidade ¹¹³; as pedras cravadas de ouro branco; as pedras brancas e pardas ¹¹⁴. Neste contexto é significativo o relatório de um *ensaiador*, que analisou duas pedras enviadas da capitania de S. Vicente. Dizia ele que não teriam grande valor, mas seria necessário que o capitão Manuel Pereira Lobo, que as tinha descoberto, informasse da profundidade a que tinham sido obtidas ¹¹⁵.

Outro dos traços que caracteriza este fenómeno das minas é a sua abrangência. Parece tocar quase tudo e todos. O governador da praça carioca designava pessoas para procederem a pesquisas; o corpo camarário atestava da importância do trabalho dos prospectores ¹¹⁶; os administradores da Companhia Geral de Comércio manifestavam zelo pela segurança do transporte das amostras, sobre a qual, aliás, o ouvidor também tinha competência ¹¹⁷; sem esquecer, naturalmente, o próprio administrador das minas ¹¹⁸. Esta multiplicidade de intervenções, os entusiasmos que provocava, as cobiças que despertava, provocavam tensão na sociedade colonial. Disso é testemunha, por exemplo, o desentendimento entre o administrador das minas, Pedro de Sousa Pereira, e os administradores da Companhia Geral a propósito da segurança do transporte de um carregamento de amostras para o reino ¹¹⁹. Há também que considerar as queixas de Jaime Corral denunciando a conduta do administrador das minas, avaliada como danosa para o interesse régio ¹²⁰.

As questões relativas à segurança preocupavam os envolvidos no transporte do ouro. O «inimigo», identificado ou apenas enunciado, encontrava-se presente nas fontes documentais. Poderia estar nas barras e nos portos do Parnaguá, chamado pela ao notícia da descoberta de riquezas ¹²¹; apresentava-se como holandês, a rondar a costa carioca, fazendo com que as amostras não deixassem o Rio nas caravelinhas do comboio da armada ¹²²; era responsável pelas cautelas redobradas dos responsáveis em fazer chegar a Lisboa as pedras e o pó encontrados ¹²³. Ele, «o inimigo», fazia nascer temores e justificava cuidados.

No fundo, as minas e tudo o que as envolvia levavam ao extremo a insegurança e ansiedade do quotidiano carioca.

¹¹² AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 15, 10 de Agosto de 1651, fl. 1.

¹¹³ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 51, 24 [Março] de 1654.

¹¹⁴ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 54, 30 de Maio de 1654.

¹¹⁵ AHU, Rio de Janeiro, Coleção Castro e Almeida, Docs. 700-702, fl. 1.

¹¹⁶ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 15, 10 de Agosto de 1651, fl. 1.

¹¹⁷ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 51, 24 [Março] de 1654, fl. 1.

¹¹⁸ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 126, 10 de Outubro de 1658, fl. 1.

¹¹⁹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 51, 24 de [Março] de 1654, fl. 1.

¹²⁰ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 126, 10 de Outubro de 1658, fl. 1v.

¹²¹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 15, 10 de Agosto de 1651, fl. 1.

¹²² AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 5, 24 de [Março] de 1654, fl. 1.

¹²³ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 54, 30 de Maio de 1654.

5. Curas da Alma e do Corpo

A doença incluía-se no desalento que reinava entre a população carioca na segunda metade do século XVII. As gentes precisavam de quem lhes aliviasse os males do corpo e da alma, de quem lhes mitigasse as amarguras.

Entre os viandantes cariocas do período estão os eclesiásticos. É preciso considerar que, neste período a maior parte dos documentos respeitantes a questões religiosas e eclesiais pode estar remetida à Mesa de Consciência e Ordens e por isso os fundos consultados são parcelares. Por seu turno, lembre-se que foi «de meados do século XVII a meados do século XVIII... que a Igreja assentou raízes profundas no território...»¹²⁴.

Naturalmente que se considera a presença da Igreja desde os tempos do descobrimento expressamente concretizada, sobretudo, na acção das Ordens religiosas, mas também nas primeiras repartições paroquiais¹²⁵.

De entre o clero regular, o destaque cabe à Companhia de Jesus, chegada à Baía com Tomé de Souza, em 1549, imparável desde então, apesar das dificuldades existentes nos conflitos com os colonos e nos novos desafios à evangelização¹²⁶. Por isso muita da documentação analisada está relacionado com os padres de Santo Inácio de Loiola. Refira-se o exemplo do documento que aborda a necessidade de se pagarem dos dízimos cariocas, os 35 mil reais necessários para que cinco religiosos partissem para o Maranhão¹²⁷.

Esta debilidade de meios estava longe de ser a única dificuldade dos eclesiásticos. De entre o clero diocesano chegavam informações acerca de António de Moniz de Loureiro, administrador da diocese¹²⁸, cujo comportamento merecia rasgados elogios à câmara do Rio¹²⁹. O empenho demonstrado no acompanhamento da vida paroquial, tanto no tocante ao clero, como no que dizia respeito aos fiéis¹³⁰ reflectia-se nas Visitações por si realizadas, tendo a última durado seis meses com as dificuldades com que deparou a provocarem-lhe uma grave doença. Em resultado desta jornada atestava que o comportamento dos clérigos que visitou era regrado e que, portanto, eram injustamente criticados pelos membros da sociedade civil,

¹²⁴ João Paulo Oliveira e COSTA, «A Diáspora Missionária», *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira de AZEVEDO, Vol. 2, sl, Círculo de Leitores, 2000, p. 291.

¹²⁵ Cfr. José Oscar BEOZZO, «Brasil», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. A-C, Direcção de Carlos de Moreira AZEVEDO, sl, Círculo de Leitores, 2000, pp. 265 e ss.

¹²⁶ Cfr. *Id.*, *ibidem*.

¹²⁷ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 4, 1 de Setembro de 1653.

¹²⁸ Não se deve confundir isto com a criação da diocese do Rio de Janeiro, que ocorreu apenas em 1676. Este prelado, de duas uma, ou era bispo da Bahia, a única diocese existente a esta data no Brasil, ou exercia as funções que antecedem a constituição de tal circunscrição eclesiástica. Cfr. João Paulo Oliveira e COSTA, *op. cit.*, p. 283.

¹²⁹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 89, 29 de Dezembro de 1655.

¹³⁰ Cfr. René RENOU, «A Cultura Explícita (1650-1750)», *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel SERRÃO e de A. H. de Oliveira MARQUES, Vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, pp. 394-395.

que acusava de, impunemente, matarem, roubarem, falsificarem as eleições municipais¹³¹. Escusado será sublinhar que esta última consideração de Moniz de Loureiro traça um duro quadro do Rio de Janeiro.

Volta-se a ter notícias de António de Moniz de Loureiro um ano mais tarde. Já estava no Reino e seu irmão, o desembargador da Relação do Porto, Luís Gomes de Loureiro, pedia ao Conselho Ultramarino que continuassem a ser pagos ao prelado os ordenados, já que adoecera ao serviço da Coroa. O Conselho reconheceu a justiça da solicitação, contrariando os rendeiros dos dízimos cariocas que tinham posto dificuldades ao caso¹³².

Se aos prelados era pedido o cuidado da alma, dos médicos e dos cirurgiões esperava-se o tratamento do corpo¹³³. Aos primeiros reconhecia-se competência no tratamento das sintomatologias, daquilo que revelasse desequilíbrios orgânicos¹³⁴. Os segundos eram incumbidos das sangrias, das amputações, das feridas. Nestes anos 50 do século XVII carioca, não pode deixar-se de constatar a escassez da sua presença na documentação consultada¹³⁵. Eram poucos os que podiam aceder aos seus serviços: os brancos humildes e os escravos, eram apoiados nas suas maleitas ou nos seus casos graves de saúde pelas Ordens religiosas, pelas confrarias, pelas Misericórdias¹³⁶.

Havia, no entanto, casos de gente desfavorecida que podia beneficiar das possibilidades de especialistas. Era o caso dos marinheiros e dos militares, gente como o mestre da nau *Nossa Senhora da Conceição*, que pedia ao Conselho Ultramarino autorização para levar na viagem para o Rio um cirurgião genovês¹³⁷. Não espantaria que este cirurgião, apesar de obrigado a fazer a viagem de regresso com os que o levavam¹³⁸, tivesse tempo para, à semelhança de muitos dos seus congéneres, aprender a sarar feridas com azeite de copaúba e a recorrer ao conhecimento farmacopeico indígena¹³⁹.

Muito mais tempo para absorver essas influências locais teria, certamente, Sebastião Martins, cirurgião do presídio do Rio de Janeiro. Repare-se no seu percurso: era cirurgião aprovado; em 1645 tinha exercido em Elvas,

¹³¹ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 90, 4 de Janeiro de 1656.

¹³² AHU, Rio de Janeiro, Coleção Castro e Almeida, doc. 759.

¹³³ Isto não invalida a acção de certos religiosos no domínio da saúde, particularmente no tocante às populações indígenas.

¹³⁴ Cfr. Luís de PINA, «Cirurgião», *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 5.º Vol., Lisboa, Editorial Verbo, pp. 578-579.

¹³⁵ Como foi referido em capítulo anterior, eliminou-se da abordagem um médico estabelecido no Rio de Janeiro havia 18 anos, na medida em que o que esteve em causa, desde o início, foram as mobilidades.

¹³⁶ Cfr. Maria Beatriz Nizza da SILVA, «A Cultura Implícita», *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel SERRÃO e de A. H. de Oliveira MARQUES, Vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, p. 348.

¹³⁷ AHU, Rio de Janeiro, Caixa 3, Doc. 44, 6 de Setembro de 1653.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ Cfr. Maria Beatriz Nizza da SILVA, *op. cit.*, p. 343.

no hospital e no campo de batalha durante as Guerras da Restauração; entre 1646-47 apoiara as duas esquadras idas em socorro de França, capitaneadas por D. João de Menezes e João de Sequeira Varejão; de 1648 a 1650 estivera numa armada que corria a costa sob o comando de João de Sequeira Varejão¹⁴⁰. Perante isto considerava-se digno da mercê do posto de cirurgião assalariado da prisão carioca.

6. Em tempos de conclusão

Há que terminar a análise destas andanças das gentes, com ligação directa ou indirecta, à capitania do Rio de Janeiro e é tempo de fazer um balanço. O Rio desta pintura é um mundo de irrequietude, de idas, vindas, e retornos.

Quem se deslocava tinha convicções de cariz diverso, embora pudessem somar-se na mesma pessoa mais do que uma motivação: o ideário, a ambição, o medo, a contingência, a aventura.

Todos eles, no entanto, para além da diversidade das motivações e das biografias, estiveram ligados a um Rio de Janeiro que dava sinais de mudança. Era um Rio que estava à beira de ser sede diocesana. Um Rio que já sentia as primeiras trepidações do ouro e cujo abandono de uma certa simplicidade da vida local se percebe na necessidade da criação de novos cargos burocráticos ou no aumento dos efectivos já existentes.

Não deixa de ser, igualmente, uma terra em busca da sua identidade. Que procura ajustar-se à importância alcançada no contexto imperial. Assim, em vez de fazer valer o seu peso, adopta junto do reino o discurso do pobre, do temeroso, da vítima permanente, talvez por ser aquele de que pensava poder obter mais benefícios. Socorremo-nos de pistas pequeninas, de indiscrições consideradas inócuas, para conhecermos o outro Rio. Inevitavelmente o Rio de Janeiro da documentação oficial é, quase exclusivamente, um espaço europeu, branco, um Portugal ainda não amulatado, aumentado e transportado para a América do Sul. O elemento indígena e negro não é referido ou é mencionado através e por causa dos colonos. É uma das opacidades a tentar atenuar num estudo mais aprofundado, mas não é a única. Há ligações familiares a estudar, devassas a olhar de perto, rejeições a perceber.

No caso específico dos percursos individuais sente-se a necessidade de avançar mais uma década, para se tentar entender se, à medida que a União Ibérica vai ficando mais distante, os trajectos se encurtam, se alteram. Trata-se, no fundo, de tentar alcançar o impacto dos acontecimentos colectivos nas vidas singulares, nos rostos da História.

¹⁴⁰ AHU, Rio de Janeiro, Coleção Castro e Almeida, Doc. 709.

Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino
Rio de Janeiro, Caixa 3
Rio de Janeiro, Coleção Castro e Almeida, Docs. 686-790.

Estudos

- BARATA, Carlos Eduardo de Almeida e BUENO, António Henrique da Cunha, *Dicionário das Famílias Brasileiras*, I Vol., São Paulo, Ibero-América – Comunicação e Cultura S. C. Lda., s.d., p. 609.
- BEOZZO, José Oscar, «Brasil», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira de AZEVEDO, Vol. 2, sl, Círculo de Leitores, 2000, pp. 264-271.
- BOXER, Charles R., *Salvador de Sá And the Struggle For Brazil And Angola 1602-1686*, Londres, University of London the Athlone Press, 1952.
- BUENO, Beatriz Siqueira, «Desenho e Desígnio – O Brasil dos Engenheiros Militares», in *Oceanos*, n.º 41, Janeiro/Março de 2000, sl, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, pp. 40- 58.
- COARACY, Vivaldo, *O Rio de Janeiro no Século XVII*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944.
- COATES, Timothy J., *Convicts and Orphans. Forced and State-Sponsored Colonizers in the Portuguese Empire, 1550-1755*, Stanford, University Press, 2001.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, «A Praça de Guerra. Aprendizagens entre a Aula do Paço e a Aula de Fortificação», in *Oceanos*, n.º 41, Janeiro/Março de 2000, sl, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, pp. 24-38.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, «A Diáspora Missionária», *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira de AZEVEDO, Vol. 2, sl, Círculo de Leitores, 2000, pp. 255-313.
- COSTA, Leonor Freire, *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1560-1663)*, II Vols., Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2002.
- CURTO, José C. , *Álcool e Escravos. O Comércio luso-brasileiro de álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central e Ocidental*, sl, Vulgata, 2002.
- DUTRA, Francis A., «Os Dotes dos Hábitos das Ordens Militares de Santiago e de Avis em Portugal e no Brasil do Século XVII», *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*, coordenação de Maria Beatriz Nizza da SILVA, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 163-175.
- HERMANN, C. e MARCADÉ, J., *A Península Ibérica no Século XVII*, Mem Martins, publicações Europa-América Lda., 2002.
- KLEIN, Herbert S., *O Comércio Atlântico de Escravos. Quatro Séculos de Comércio Escravagista*, sl, Replicação, 2002.

- MARCADÉ, Jacques, «O Quadro Internacional e Imperial», *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel SERRÃO e de A. H. de Oliveira MARQUES, Vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, pp. 19-92.
- MARTINIÈRE, Guy, «A Implantação das Estruturas de Portugal na América (1620–1750)», *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel SERRÃO e de A. H. de Oliveira MARQUES, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, pp. 93-169.
- MAURO, Frédéric, *Portugal, o Brasil e o Atlântico. 1570- 1670*, Vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.
- MELLO, Evaldo Cabral de, *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- OLIVAL, Fernanda, *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar Editora LDA, 2001.
- PEREIRA, João Cordeiro, «A Estrutura Social e o Seu Devir», *Nova História de Portugal*, direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, Vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1999, pp. 277-336.
- PINNA, Luís de, «Cirurgião», *Enciclopédia Luso- Brasileira de Cultura*, 5.º Vol., s.ed., Lisboa, Editorial Verbo, pp. 578-579, s.d.
- RENOU, René, «A Cultura Explícita (1650–1750)», *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel SERRÃO e de A. H. de Oliveira MARQUES, Vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, pp. 369-480.
- REIS, João José e Flávio Gomes dos SANTOS, «Uma História da Liberdade», *Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*, direcção dos mesmos autores, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 29-32.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R., *Slavery and FreeD. in Colonial Brazil*, Oxford, Oneworld Publications, 2002.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, sl, Livros Horizonte, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart B., *Da América Portuguesa ao Brasil. Estudos Históricos*, sl, Difel, 2003.
- Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*, São Paulo, Companhia das Letras em co-edição com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1988.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, «A Cultura Implícita», *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel SERRÃO e de A. H. de Oliveira MARQUES, Vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, pp. 265-368.
- Sugar Plantations in the Formation of the Brazilian Society. Bahia, 1550-1835*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.